- Epistemologia

A epistemologia é o estudo da estrutura fundamental do conhecimento, e como algo pode ser classificado como conhecimento. No sentido usado aqui, o conhecimento depende de proposições verdadeiras e justificadas, ou seja, o conhecimento seria a verdade justificada. Consideramos a verdade ou falsidade de uma proposição como a adequação dela à sua denotação. Pode-se usar como exemplo a proposição “há uma maçã em cima da mesa”. Implicitamente, essa proposição denota e se refere a uma mesa em uma localização específica no espaço e no tempo. Se a denotação dessa proposição, a maçã em cima da mesa à qual ela se refere, for real, ela é verdadeira. Se a denotação não for real, e não houver uma maçã em cima da mesa, como foi denotado, a proposição é falsa. Toda proposição denota algo, sendo que se a denotação for um fato real, a proposição é verdadeira, e se for irreal, a proposição é falsa.

Proposições sobre objetos abstratos, sem localização no espaço-tempo, também são verdadeiras ou falsas. Por exemplo, a proposição “um mais um é igual a dois” é verdadeira, e denota algo abstrato, uma relação matemática entre números, que não têm uma localização espaço-temporal, mas mesmo assim, sendo a proposição verdadeira, essa denotação é real. Podemos concluir, portanto, que objetos e fatos abstratos são reais, assim como os concretos.

O conhecimento é a justificação desse valor de verdade das proposições, e portanto também do status real ou irreal daquilo que é denotado. Essa justificação deve ser objetivamente acessível, ou seja, ao se usar o mesmo método de justificação, deve-se concluir que as mesmas proposições são verdadeiras ou falsas, independentemente de como essa justificação é feita. Caso contrário, uma mesma denotação poderia ser real e irreal ao mesmo tempo, e as proposições perderiam seu significado.

- Justificação no Conhecimento

Para fundamentar e justificar um entendimento racional sólido da realidade, é importante esclarecer as bases epistemológicas desse entendimento. Isso envolve a identificação e justificação dos métodos usados para adquirir conhecimento, sejam eles empíricos, dedutivos ou uma combinação de ambos. Sendo a epistemologia o estudo das bases fundamentais do conhecimento, definimos aqui "conhecimento" como a justificação do valor de verdade de proposições. O conhecimento seria a forma de justificação de que certas proposições são verdadeiras ou falsas.

Vamos analisar diferentes posicionamentos na epistemologia, para então justificar e fundamentar um deles como sendo racional e consistente, e assim adequado para fundamentar o entendimento da realidade.

- Empirismo e Racionalismo

O empirismo prioriza a experiência, ou seja, dados particulares obtidos pelo aprendizado, sentidos, observação e experimentação, como o modo mais fundamental de formação do conhecimento. Para o empirismo, toda forma de conhecimento deve, em última análise, ter sua origem na experiência e em dados obtidos de forma particular.

O racionalismo, por outro lado, sendo oposto ao empirismo, afirma que o conhecimento é adquirido principalmente ou exclusivamente através do raciocínio lógico e dedutivo, independente da experiência ou do acúmulo e interpretação de dados sensoriais. O racionalismo defende que há certos princípios fundamentais que podem ser conhecidos a priori e que servem como base para o desenvolvimento de um sistema de conhecimento.

Ambas essas posições, porém, têm suas fraquezas. Por um lado, o empirismo é incapaz de sustentar a si próprio, pelo seu próprio critério. A premissa principal do empirismo, de que todo conhecimento tem origem empírica, não tem, ela própria, uma origem empírica, de forma que o empirismo refuta a si próprio. O empirismo sofre do problema da "justificação última", já que qualquer tentativa de provar a validade da experiência empírica como fonte de conhecimento também exigiria alguma forma de evidência empírica, levando a uma regressão infinita. Isso também se aplica ao positivismo lógico, que trata a verificação empírica como base do conhecimento e significado semântico. Além disso, o empirismo não pode explicar adequadamente o sucesso das ciências matemáticas e lógicas, que são tipicamente consideradas a priori e dedutivas por natureza. A lógica e a matemática são fundamento de teorias que explicam a física, a natureza e a realidade, e não são elas próprias derivadas de dados empíricos, mas sim de sistemas baseados em dedução.

Algumas formas de racionalismo, por outro lado, podem levar a sistemas de pensamento dogmáticos ou sobrenaturalistas, ou desconectados da realidade empírica. Mesmo que as teorias da física sejam formuladas de forma matemática e lógica, elas são constantemente aperfeiçoadas com a ajuda de experimentos e observações empíricas. O racionalismo também é vulnerável ao problema da "circularidade", onde um sistema lógico precisa de axiomas ou premissas fundamentais que não poderiam ser provados pelo próprio sistema que fundamentam. Um sistema puramente baseado em lógica dedutiva, e com axiomas ou premissas básicas não provadas ou provadas de forma circular permite formas dogmáticas e sobrenaturalistas de se entender a realidade. Isso sugere o questionamento da possibilidade de um conhecimento "puro", adquirido apenas através da razão. A ideia, associada ao racionalismo, de que a realidade deve ser conhecida a priori, sem o uso de dados ou da experiência, também não oferece uma solução para a lacuna entre a metafísica e a física. Uma vez que as deduções a priori sobre a realidade, sem o uso de dados, não sejam sofisticadas o suficiente para deduzir as leis da física, isso se torna um impedimento e uma barreira para que essas deduções contribuam com o conhecimento físico, espacial e temporal da realidade, que evolui com a ajuda da experiência.

Um outro desafio que pode estar associado ao racionalismo é o subjetivismo epistemológico, ou seja, a ideia de que aquele que faz o raciocínio, ou obtêm o conhecimento, que seria o sujeito, estaria impondo seus próprios limites a esse conhecimento, o que poderia tornar a razão insuficiente ou ineficaz para o conhecimento da realidade em si, separada do sujeito.

Immanuel Kant, na sua Crítica da Razão Pura, propôs uma solução que buscava conciliar, ou sintetizar, empirismo e racionalismo. Ele argumentou que enquanto nosso conhecimento começa cronologicamente com a experiência, ele não se origina epistemologicamente da experiência, pois a experiência dependeria de uma estrutura subjacente que permitisse a interpretação dos dados particulares. Para Kant, existe uma estrutura a priori do entendimento e experiência, a partir da qual a mente, ou seja, o sujeito, conhece a realidade. Mesmo os dados empíricos apenas poderiam ser interpretados com base nessa estrutura a priori. Com isso, Kant se afastou de versões dogmáticas do racionalismo, enquanto ainda permitiu a possibilidade de conhecimentos a priori e independentes da experiência, como o conhecimento da estrutura básica do entendimento. No entanto, Kant não explica por que essa estrutura a priori existe, ou como se forma, apenas que ela é uma condição necessária para a experiência e o conhecimento. Ao considerar que estruturas como o espaço e o tempo são estruturas que a mente impõe sobre a experiência, e não intrínsecas à realidade em si, que por sua vez não poderia ser conhecida, essa posição acaba dependendo de uma origem misteriosa e aparentemente inexplicável, especialmente por explicações naturalistas e reducionistas, dessas estruturas da realidade conhecida.

Sem um reducionismo naturalista que reduza as categorias do entendimento e da percepção, e também o mundo natural e objetivo, a princípios em comum, a conexão entre o mundo objetivo e a interpretação subjetiva também permanece misteriosa e sem explicação. Além disso, ao se basear o conhecimento na mente e no sujeito, cai-se no subjetivismo, em que a complexidade do sujeito é tomada como irredutível a princípios simples.

- Empirismo Naturalista

Contornando os problemas do racionalismo dogmático ou sobrenaturalista, e do empirismo e filosofia kantiana que caem em subjetivismo, dependendo de dados particulares obtidos por cada sujeito, ou de uma estrutura a priori fundamentalmente subjetiva, outras formas de empirismo podem propor uma abordagem mais cética e naturalista. O naturalismo defende que todo conhecimento e explicação racional da realidade devem ser baseados em leis e fenômenos naturais, pois explicações sobrenaturalistas são arbitrárias, e não explicam de fato como a realidade funciona, apelando a conceitos misteriosos, que estariam além da compreensão ou capacidade de observação humana. Explicações subjetivistas, de forma semelhante, não conseguem ultrapassar o limite das particularidades de cada sujeito, ou da complexidade inerente a todo sujeito, para alcançar a realidade objetiva. O empirismo naturalista, opondo-se ao racionalismo dogmático e ao subjetivismo, se basearia em observações, dados e experimentos derivados da natureza, para assim basear o conhecimento na própria natureza, evitando dogmas ou pressuposições sem fundamento. Experimentos falseáveis, que possam ser verificados por múltiplos sujeitos, permitiriam alcançar, gradualmente, uma objetividade nos dados e interpretações da natureza objetiva.

No entanto, o naturalismo empirista ainda enfrenta alguns dos mesmos desafios fundamentais do empirismo em geral. Ele ainda está sujeito ao problema da "justificação última" e não pode fornecer uma base empírica para suas próprias premissas. Além disso, enquanto o naturalismo empirista tenta se basear exclusivamente em dados naturais, ele ainda precisa de algum tipo de estrutura teórica, lógica ou matemática para interpretar esses dados, mas se essa estrutura lógica é natural, pois é necessária na interpretação dos dados da natureza, então a fundamentação do naturalismo não seria empírica, mas sim lógica e dedutiva. Os dados não podem ser interpretados sem uma estrutura subjacente que não é, ela própria, derivada dos dados.

- Racionalismo Naturalista

O racionalismo naturalista é uma abordagem que propõe uma solução para os problemas do empirismo naturalista e demais posições dogmáticas ou subjetivistas, combinando as vantagens do racionalismo, empirismo e naturalismo, enquanto também permite a redução das estruturas do entendimento, percepção e da realidade objetiva a princípios em comum, tanto lógicos quanto naturais. O conhecimento e a realidade, nessa perspectiva, precisam ser logicamente consistentes, e assim a lógica funciona como o arcabouço fundamental que unifica todo o conhecimento e a realidade. Enquanto o empirismo não permite uma fundamentação sólida de si próprio, e o racionalismo permite fundamentações dogmáticas ou misteriosas, o racionalismo naturalista propõe que a realidade pode, em última instância, ser explicada com base em leis naturais, que podem ser entendidas de forma dedutiva, lógica ou matemática, a priori. No entanto, o entendimento dessas leis pode evoluir com a ajuda de dados empíricos, obtidos pelo método científico. Por exemplo, as leis newtonianas da física foram um passo importante na evolução do conhecimento sobre a realidade e a natureza, mesmo não sendo leis fundamentais e universais, já que posteriormente, a relatividade e a mecânica quântica forneceram fundamentos mais profundos e precisos. Mesmo assim, o racionalismo naturalista baseia o entendimento e interpretação de dados e leis naturais em princípios dedutivos e a priori, como a lógica e a matemática.

O racionalismo naturalista não exige que as leis naturais sejam conhecidas de forma infalível e perfeita, mas permite o uso de dados empíricos e lógica dedutiva para que se alcance a melhor aproximação possível do conhecimento das leis naturais, permitindo a possibilidade de que esse conhecimento evolua gradualmente, podendo alcançar leis universais a priori. Na sua forma ideal, em que leis naturais e universais sejam entendidas de forma logicamente consistente, essas leis devem ter bases sólidas em certas proposições fundamentais, caso contrário, cairíamos em regressão infinita, ou em empirismo. Mas caso proposições perfeitamente fundamentais e irredutíveis não sejam conhecidas, é possível criar modelos que se aproximem o melhor possível de explicar a realidade, com a ajuda da razão e da experiência. Isso resolve o problema da lacuna entre a física e a metafísica, permitindo que a física evolua na direção de leis cada vez mais fundamentais e universais, que podem em algum momento se tornar um sistema deduzido a priori, e metafísico. Por outro lado, caso a realidade seja infinitamente complexa ou profunda, e um conhecimento perfeito seja impossível, o racionalismo naturalista permite uma evolução gradual do conhecimento, sem exigir um sistema metafísico perfeito ou infalível.

Ao contrário do racionalismo dogmático e da filosofia crítica kantiana, o racionalismo naturalista baseia o próprio sujeito em princípios naturais, em vez de usar o sujeito como base do conhecimento sobre a realidade. Dessa forma, pode-se afirmar que o naturalismo é contrário ao subjetivismo. O racionalismo naturalista busca bases lógicas e a priori para explicar a realidade. Dessa forma, a lógica é considerada uma estrutura objetiva e intrínseca à realidade, e não algo que depende do sujeito. Esses princípios lógicos, para que sejam consistentes, devem ser simples, para que, a partir deles, a realidade complexa possa ser formada. Se um princípio não fosse simples, ele poderia ser decomposto em princípios ainda mais simples, e não seria fundamental. Como o sujeito é complexo, os princípios básicos da realidade não podem ser subjetivos. Devem, portanto, ambos o sujeito e a realidade objetiva, se basear em princípios em comum, que devem ser naturais e objetivos. A própria lógica, portanto, sendo um fundamento da realidade e leis naturais, deve, também, ser uma lei natural objetiva, e não algo subjetivo.

- Naturalismo Semântico

0 (explicar a diferença entre sintaxe e semântica)

O conhecimento, se constituindo da justificação do valor de verdade de proposições, pressupõe uma estrutura proposicional, que inclui as leis da lógica e a ontologia do seu significado. A teoria semântica adotada tem implicações que afetam a epistemologia. Por exemplo, se adotássemos o subjetivismo semântico, que afirma que proposições têm sua existência baseada no sujeito, seria desafiador escapar do subjetivismo epistemológico, e da necessidade da sua justificação também ser subjetiva. Se proposições em si, e seu valor de verdade, dependessem do sujeito, em sua complexidade, a base e justificação da verdade também seriam, por implicação, subjetiva. Por outro lado, se adotássemos uma perspectiva pragmatista, e tratássemos a semântica como derivada da pragmática, basearíamos a própria semântica em particularidades como os instintos da espécie, aprendizado e comportamento de cada indivíduo, e nesse caso seria desafiador escapar do empirismo. Pois, se o próprio significado das proposições fosse derivado da experiência, também o seriam a verdade e sua justificação, por consequência.

Proposições se referem a fatos. Uma proposição verdadeira se refere a um fato real, enquanto proposições falsas se referem a algo irreal. Se proposições, em si, e seu valor de verdade, fossem relativas ao sujeito ou a experiência, a realidade também seria, da mesma forma, relativa. Mas a realidade depende de leis objetivas, naturais e universais, que não podem ser subjetivas ou relativas. Para sustentar uma epistemologia naturalista e objetiva, portanto, é necessária, também, uma semântica naturalista, e ao mesmo tempo, independente da pragmática. Nessa perspectiva, proposições são objetos abstratos independentes do sujeito, como os números e entidades matemáticas. A lógica, a verdade e a sua justificação são objetivos, sendo a base tanto da realidade, da natureza e do conhecimento. Pela perspectiva naturalista adotada aqui, em oposição ao subjetivismo ou sobrenaturalismo, os objetos abstratos como as proposições e seu valor de verdade, e as leis lógicas e matemáticas, fazem parte da natureza objetiva, e não são algo separado dela.

- Naturalismo Epistêmico

O naturalismo epistêmico defende que a justificação do conhecimento deve ser fundamentada em princípios naturais e objetivos, que não dependem do sujeito individual, mas sim das leis naturais que fundamentam a realidade. Sob essa perspectiva, o processo de justificação epistemológica não se baseia em intuições subjetivas ou construções mentais, mas em estruturas lógicas e ontológicas que existem independentemente do observador.

- Dedução

A dedução é um processo pelo qual, a partir de certas proposições consideradas verdadeiras, as premissas, se pode inferir que uma outra proposição também seja verdadeira, a conclusão. Sendo o valor de verdade baseado na denotação das proposições ser real ou irreal, segue que a dedução é capaz de justificar o conhecimento da realidade, desde que a denotação das premissas seja real. A relação em que a conclusão segue das premissas não depende de um sujeito que faça a dedução subjetivamente, mas é uma relação lógica e objetiva entre as proposições como objetos abstratos. A lógica, dessa forma, determina a realidade objetiva tanto quanto ela determina a verdade de proposições abstratas, e a validade de deduções. Esse fundamento em comum, a lógica, é o que permite a verdade por correspondência entre proposições e os seus respectivos fatos denotados. Dessa forma, a epistemologia racionalista naturalista baseia o conhecimento, ou a verdade justificada, na própria forma abstrata das proposições, e não no sujeito.

A dedução, na perspectiva do racionalismo naturalista, pode se basear em premissas obtidas com a ajuda de dados empíricos, como os conhecimentos científicos da física, e inclusive pode ser usada dentro do método científico, ajudando a criar teorias e modelos que expliquem os dados disponíveis. Por outro lado, a dedução também pode partir de premissas abstratas, como as próprias premissas da epistemologia, para fazer deduções puramente filosóficas.

Para que uma dedução não dependa de dados empíricos, ela deve ser capaz de se basear em alguma verdade fundamental que não dependa de outras proposições para ser inferida. Uma proposição não justifica seu próprio valor de verdade diretamente, mas ela pode, por outro lado, ser autocontraditória, sendo sua própria falsidade justificada pela sua própria contradição. Por exemplo, a proposição “não existem proposições verdadeiras” prova sua própria falsidade, pois se ela fosse verdadeira, ela não poderia ser verdadeira. Como toda negação de uma proposição tem o valor de verdade inverso, segue que a proposição “existe pelo menos uma proposição verdadeira” deve ser verdadeira, já que a sua negação é autocontraditória. Dessa forma, a prova por contradição permite que certas proposições sejam inferidas como verdadeiras pela contradição da sua negação. As premissas mais fundamentais da própria lógica, semântica e epistemologia podem se originar, dessa forma, a partir da prova por contradição, e subsequente dedução a partir dessas premissas fundamentais.

A prova por contradição pode ser considerada uma forma de dedução, em que as duas premissas são: “a proposição P é autocontraditória, pois se ela for verdadeira, isso implica a sua falsidade” e “se uma proposição é falsa, a sua negação é verdadeira”. Segue, dessas duas premissas, a conclusão: “logo, a proposição não-P é verdadeira”. Isso permite um ponto de partida a priori, ou seja, independente de dados contingentes ou empíricos, para deduções, o que se alinha com a perspectiva do racionalismo naturalista.